

# Concessionária Rota dos Coqueiros

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2023



Rota dos

**Coqueiros**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais</b>	<b>14</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar  
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores  
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres  
41820-021 - Salvador/BA - Brasil  
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil  
Telefone +55 (71) 3273-7350  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos acionistas da

### Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Jaboatão dos Guararapes – PE

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja a Nota 08 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia apresenta no ativo intangível investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.</p> <p>Devido às incertezas inerentes no processo de determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros de cada UGC e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como o crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs como: perspectivas de crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com a projeção aprovada pela Administração da Companhia;</li><li>• Avaliação, em base amostral, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixas esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e são razoáveis no contexto da avaliação da estimativa do valor recuperável das UGCs; e</li><li>• Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o saldo do ativo intangível e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 22 de março de 2023, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 29 de Março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda

CRC SP-014428/F-7

  
Diego Feliciano Irineu

Contador CRC 1SP223212/O-2

## Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

### Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 2022

#### ATIVO

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	35.220	33.367
Contas a receber	7	770	554
Tributos a recuperar		303	1.243
Imposto de renda e contribuição social		1.919	71
Despesas antecipadas		44	73
Outros ativos		156	59
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>38.412</b>	<b>35.367</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	5.141	4.804
Depósitos judiciais		1.926	1.076
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>7.067</b>	<b>5.880</b>
Imobilizado		234	123
Intangível	8	56.674	57.436
Direito de uso	12	1.051	1.488
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>57.959</b>	<b>59.047</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>65.026</b>	<b>64.927</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>103.438</b>	<b>100.294</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

### Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 2022

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	9	1.073	960
Debêntures	11	300	-
Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.815	764
Obrigações tributárias		284	424
Imposto de renda e contribuição social		365	-
Partes relacionadas	16	400	408
Contribuição sócio ambiental		808	808
Arrendamentos	11	706	627
Provisão para manutenção	14	52	-
Outras obrigações		-	188
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.803</b>	<b>4.179</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Debêntures	11	59.244	59.265
Arrendamentos	12	373	888
Provisão para contingências	13	907	1.337
Provisão para manutenção	14	213	103
Dividendos a pagar		2.069	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>62.806</b>	<b>61.593</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	17	26.150	26.150
Reservas de capital	17	2.618	2.618
Reservas de lucros	17	6.061	5.754
Prejuízos acumulados		-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>34.829</b>	<b>34.522</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>103.438</b>	<b>100.294</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

### Demonstrações dos resultados

**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de serviços	18	23.244	19.645
Receita de construção	18	2.567	160
<b>Receita líquida</b>		<b>25.811</b>	<b>19.805</b>
Custo dos serviços prestados	19	(12.255)	(12.028)
Custo de construção	19	(2.542)	(158)
<b>Lucro bruto</b>		<b>11.014</b>	<b>7.619</b>
Gerais e administrativas	20	(4.338)	(5.303)
Outras receitas (despesas) operacionais		39	413
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b>6.715</b>	<b>2.729</b>
Receitas financeiras	21	4.469	2.271
Despesas financeiras	21	(8.818)	(7.699)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(4.349)</b>	<b>(5.428)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>2.366</b>	<b>(2.699)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	38	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	337	925
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		<b>2.741</b>	<b>(1.774)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	2.741	(1.774)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>2.741</u></b>	<b><u>(1.774)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros ou Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de investimento	Reserva de incentivo fiscal		
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>26.150</b>	<b>2.618</b>	<b>613</b>	<b>7.587</b>	<b>1.125</b>	<b>(1.797)</b>	<b>36.296</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.774)	(1.774)
Destinação:							
Absorção de prejuízo com reservas lucros	-	-	-	(3.571)	-	3.571	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>26.150</b>	<b>2.618</b>	<b>613</b>	<b>4.016</b>	<b>1.125</b>	<b>-</b>	<b>34.522</b>
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	2.741	2.741
Destinação para reservas	-	-	137	-	306	(443)	-
Destinação adicional	-	-	-	-	344	(344)	-
Absorção de prejuízo c/ reservas lucro	-	-	-	(480)	-	480	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.434)	(2.434)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>26.150</b>	<b>2.618</b>	<b>750</b>	<b>3.536</b>	<b>1.775</b>	<b>-</b>	<b>34.829</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

#### para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.366	(2.699)
<b>Ajustes</b>			
Margem de construção		(25)	(2)
Depreciação e amortização		4.202	4.431
Juros e variações monetárias, líquidas		7.857	7.432
Apropriação do custo de captação	11	(3.009)	-
Provisão para contingências	13	(567)	229
Provisão para manutenção	14	162	(2.400)
		<b>10.986</b>	<b>6.991</b>
<b>Varição dos ativos e passivos</b>			
Contas a receber		(191)	(140)
Despesas Antecipadas		29	165
Tributos a recuperar		(125)	(1.025)
Depósitos Judiciais		(850)	(544)
Adiantamentos		(97)	(56)
Outros ativos		-	135
Fornecedores		112	905
Obrigações tributárias		(505)	178
Obrigações sociais e trabalhistas		1.051	346
Outras Obrigações		(187)	(57)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>10.215</b>	<b>6.898</b>
Juros pagos	11	(4.327)	(8.089)
Impostos pagos sobre o lucro		(380)	-
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>5.508</b>	<b>(1.191)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições ao intangível	8	(2.736)	(3.615)
Adições ao imobilizado		(80)	46
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos</b>		<b>(2.816)</b>	<b>(3.569)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Captação de debêntures		-	60.000
Amortização de debêntures		-	(40.000)
Partes Relacionadas		(8)	8
Pagamentos de arrendamentos	12	(831)	1.318
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos</b>		<b>(839)</b>	<b>21.326</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.853</b>	<b>16.566</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	6	<b>33.367</b>	<b>16.801</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	6	<b>35.220</b>	<b>33.367</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

### Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Receitas</b>		
Receita de serviços	25.523	21.372
Receita de construção	2.567	160
	<b>28.090</b>	<b>21.532</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.733)	(5.966)
Custo de construção	(2.542)	(158)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>21.815</b>	<b>15.408</b>
Depreciação e amortização	(4.202)	(4.431)
Apropriação de seguros	(453)	(258)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>17.160</b>	<b>10.719</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	4.469	2.271
Outros	44	413
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>21.673</b>	<b>13.403</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>	<b>6.807</b>	<b>5.493</b>
Remuneração direta	5.376	4.159
Benefícios	1.148	1.159
FGTS	283	175
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>3.234</b>	<b>1.783</b>
Federais	1.807	695
Estaduais	100	-
Municipais	1.327	1.088
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>8.891</b>	<b>7.901</b>
Juros	8.784	7.715
Aluguéis	82	(113)
Outras	25	299
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>2.741</b>	<b>(1.774)</b>
Lucro (Prejuízo) do exercício	2.741	(1.774)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>21.673</b>	<b>13.403</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("Rota dos Coqueiros" ou "Companhia"), com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em 15 de dezembro de 2006, que tem como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

Desde 30 de abril de 2021, a Companhia é controlada diretamente pela Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona") e indiretamente pela Monte Rodovias S.A. ("Monte Rodovias"), as quais possuem 100% de participação no capital social da Companhia.

Em 24 de maio de 2023, foi publicada no DOE a Resolução ARPE nº 235, com as novas Tarifas de Pedágio da CRC vigentes a partir de 14/06/2023, consolidando os resultados dos processos de reequilíbrio e reajuste contratual.

## 2. Base de preparação

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024.

### Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.



i. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 16 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Notas explicativas 14 e 15: reconhecimento e mensuração de provisões para contingências e provisão para manutenção: principais características sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

### 3. Políticas contábeis materiais

As políticas e práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### (a) Instrumentos financeiros

##### Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### Classificação e mensuração subsequente

###### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

###### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

### Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganho e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data de avaliação.

### **(c) Ativos intangíveis e ágio**

#### **Ativos intangíveis e ágio**

A Companhia, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é calculada pelo método linear a qual está limitado ao prazo final da concessão.

#### **Outros ativos intangíveis**

##### **Reconhecimento e mensuração**

Os outros intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável

#### **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### **Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

### **(d) Custo de empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

### **(e) Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os custos relativos a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

#### **Provisão para manutenção**

A provisão para manutenção representa os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do encerramento do exercício.

A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, considerando as particularidades eventualmente existentes, em cada contrato de concessão.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

#### **Provisão para contingências**

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. A Companhia reconhece provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais, administrativos, cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação, resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

### **(f) Arrendamentos – CPC 06 (R2) / IFRS 16**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, a partir da data de início do arrendamento, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos, É remensurado quando há uma alteração dos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos

valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$2), utilizando, portanto, as isenções previstas em norma vigente. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

## **(g) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos**

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos previstos nas legislações pertinentes, na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os livros fiscais e contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos é realizada com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos e são mensurados

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

## **(h) Resultado por ação**

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

## **(i) Reconhecimento da receita**

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de maneira confiável.

### Receitas de pedágio

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

### Receitas de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias na infraestrutura estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia e de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – “Contratos de concessão”, que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo acrescido de margem. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

### Receitas acessórias

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos da concessão ou quando da prestação de serviço.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

## **(j) Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem basicamente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

## **(k) Demonstração do valor adicionado (DVA)**

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, em conformidade com as demais normas técnicas aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

## **(l) Informações por segmento**

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. As receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

#### 4. Novas normas interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, e não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações financeiras da Companhia;

- Classificação de passivos de longo prazo com covenants (alterações ao CPC 26);
- Classificação de passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26);
- Divulgação de políticas contábeis (IAS 1/CPC 26-R1)
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8/CPC 23)
- Tributos sobre o Lucro (IAS 12/CPC 32)

Não foram identificadas outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

#### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

##### 5.1. Fatores de risco financeiro

###### a) Considerações gerais

As atividades da Companhia as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

###### b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

###### c) Risco de liquidez

Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia busca preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2023 (valores expressos em milhares de R\$):

	<u>Valor contábil</u>	<u>Total</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>						
Fornecedores	1.072	1.072	1.072	-	-	-
Debêntures	59.544	151.191	5.325	5.815	22.762	117.289



Partes relacionadas	400	400	400	-	-	-
Passivo de arrendamento	1.079	1.131	742	389	-	-
<b>Total</b>	<b>62.095</b>	<b>153.794</b>	<b>7.539</b>	<b>6.204</b>	<b>22.762</b>	<b>117.289</b>

**Em 31 de dezembro de 2022**

Fornecedores	960	960	960	-	-	-
Debêntures	59.265	72.608	-	6.772	15.850	49.986
Partes relacionadas	408	408	408	-	-	-
Passivo de arrendamento	1.515	1.586	659	927	-	-
<b>Total</b>	<b>62.148</b>	<b>75.562</b>	<b>2.027</b>	<b>7.699</b>	<b>15.850</b>	<b>49.986</b>

**d) Risco de crédito**

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia acompanha a situação financeira de mercado continuamente e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, apesar de a Companhia não ter exposição ao risco de crédito em sua operação por se tratar de recebíveis na modalidade arrecadação a vista.

**e) Risco de mercado**
**Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação**

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

**Análise de sensibilidade**

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

**(i) Seleção dos riscos**

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e de inflação o IPCA.

**(ii) Seleção dos cenários**

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros CDI e IPCA, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027	2028
CDI (*)	13,2%	9,9%	8,9%	8,5%	8,5%	8,5%
IPCA (*)	4,6%	3,6%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%

(\*) Fonte: Itaú BBA Dez./2023.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e IPCA, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável (*)	Adverso possível	Adverso extremo
CDI	9,56%	11,95%	14,35%
IPCA	3,70%	4,62%	5,55%

(\*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2023 a 2028 das taxas apresentadas acima.

### (iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Aplicação financeira		Alta da CDI	4.019	4.106	4.194

### (iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Debentures – CRC	2037	Alta do IPCA	13.197	14.968	16.701

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou empréstimos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## 5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e

aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

### 5.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	Nível	Mensuração (*)	31/12/2023		31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>							
Caixa e equivalente de caixa	6	Nível 2	1	35.220	35.220	33.367	33.367
Contas a receber	7	Nível 2	2	770	770	554	554
<b>Total</b>				<b>35.990</b>	<b>35.990</b>	<b>33.921</b>	<b>33.921</b>
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>							
Debêntures	12	Nível 2	1	59.544	76.417	59.265	79.529
Fornecedores	10	Nível 2	2	1.072	1.072	960	960
Arrendamentos	13	Nível 2	2	1.079	1.079	1.515	1.515
Outras obrigações, excluindo obrigações legais		Nível 2	2	-	-	188	188
<b>Total</b>				<b>61.695</b>	<b>78.668</b>	<b>61.928</b>	<b>82.192</b>

(\*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

#### Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

#### Técnicas de mensuração do valor justo:

A Companhia avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Companhia com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Companhia, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa de desconto ajustada ao risco de cada ativo.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Bancos	1.336	4.065
Aplicações financeiras (a)	33.884	29.302
<b>Total</b>	<b>35.220</b>	<b>33.367</b>

(a) O saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

A Companhia mantém aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 100% e 102,5% (98% e 103% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 7. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Meios de pagamentos eletrônicos	745	545
Receitas acessórias	25	9
<b>Total</b>	<b>770</b>	<b>554</b>

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e receitas acessórias, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos a vencer	763	548
Créditos vencidos até 60 dias	4	6
Créditos vencidos há mais de 180 dias	3	-
	<b>770</b>	<b>554</b>

## 8. Intangível

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências/ Reclassificações	Amortização (a)	Saldo em 31/12/2022
<b>Intangível em infraestrutura</b>						
Direito de concessão de serviços públicos	59.050	663	-	-	(3.383)	56.330
Obras em andamento	306	691	-	-	-	997
<b>Total</b>	<b>59.356</b>	<b>1.354</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.383)</b>	<b>57.327</b>
<b>Outros intangíveis</b>						
Softwares	26	95	-	-	(13)	108
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>95</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13)</b>	<b>108</b>
<b>Total</b>	<b>59.382</b>	<b>1.449</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.396)</b>	<b>57.436</b>

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências (*)	Reclassificações	Amortização (a)	Saldo em 31/12/2023
<b>Intangível em infraestrutura</b>							
Direito de concessão de serviços públicos	56.330	92	-	1.520	-	(3.284)	54.658
Obras em andamento	997	2.644	-	(2.425)	(20)	-	1.197
<b>Total</b>	<b>57.327</b>	<b>2.736</b>	<b>-</b>	<b>(905)</b>	<b>(20)</b>	<b>(3.284)</b>	<b>55.855</b>
<b>Outros intangíveis</b>							
Softwares	108	-	-	845	-	(135)	819
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>845</b>	<b>-</b>	<b>(135)</b>	<b>819</b>
<b>Total</b>	<b>57.436</b>	<b>2.736</b>	<b>-</b>	<b>(60)</b>	<b>(20)</b>	<b>(3.418)</b>	<b>56.674</b>

(\*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

(a) As amortizações do intangível estão incluídas nas contrapartidas de resultado sobre as rubricas Custo dos serviços prestados e Despesas gerais e administrativas.

### Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é mensurado com base no custo incorrido e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

### Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*)

De acordo com os requisitos do CPC 01, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que o saldo contábil é superior a seu valor recuperável devem ser revisados periodicamente para determinar a necessidade de redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia realizou o teste de *impairment* em cada uma de suas SPE's (Sociedades de Propósito Específico) detentoras de contrato de concessão de rodovias e, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de cada UGC considerando perspectivas de crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e descontado a valor presente por taxa que reflita as avaliações atuais de mercado, riscos do negócio e estrutura de capital, concluiu que não há nenhum indicativo adicional que leve à necessidade de constituição de ajuste de *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2023.

## 9. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de mercadorias	203	181
Prestadores de serviços	870	779
<b>Total</b>	<b>1.073</b>	<b>960</b>

## 10. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Participação nos lucros e resultados - ("PLR")	1.508	452
Provisão de férias	164	218
Outros	143	94
<b>Total</b>	<b>1.815</b>	<b>764</b>

## 11. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures IPCA (i)	CRC	2037	R\$	IPCA + 7,87%	64.156	60.868
Custos de captação e estruturação					(4.612)	(1.603)
<b>Total</b>					<b>59.544</b>	<b>59.265</b>
<b>Passivo circulante</b>					<b>300</b>	<b>-</b>
<b>Passivo não circulante</b>					<b>59.244</b>	<b>59.265</b>



(i) Em 25 de outubro de 2022, a CRC emitiu 60.000 (sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1), perfazendo o valor total da emissão de R\$ 60.000. As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,87%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para:

(i) o reembolso de gastos e despesas, e pré-pagamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, da Emissora, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.”, celebrado em 2 de julho de 2021 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas de referida emissão (“Primeira Emissão de Debêntures”); (ii) a realização de investimentos futuros em obras civis, bem como de aquisição e melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento do “Programa de Exploração Rodoviária – PER”.

#### Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2023.

O índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2023.

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>40.000</b>
(+) Captação	60.000
(+) Juros incorridos	7.354
(-) Juros pagos	(8.089)
(-) Amortização	(40.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>59.265</b>
(+) Juros incorridos	7.615
(-) Juros pagos	(4.327)
(+/-) Custos da transação	(3.009)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>59.544</b>

Prazos de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
	2024	-
2025	600	8.336
2026	1.200	9.249
2027 em diante	57.444	34.166
<b>Total</b>	<b>59.244</b>	<b>59.265</b>

## 12. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento.

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação, sendo 6,70% para a Companhia.

Os principais contratos de arrendamento referem-se a guinchos, varredeira, pipa, ambulância e veículos operacionais e administrativos, com prazo médio de 3 anos com vencimento até 2025 e opção de renovação.

**Direito de uso (ativo)**
**Movimentação**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>295</b>
(+) Adições	1.580
(-) Amortizações	(387)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.488</b>
(+) Adições	337
(-) Amortizações	(754)
(-/+ Remensuração	(20)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.051</b>

**Arrendamento (passivo)**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante	706	627
Passivo não circulante	373	888
<b>Total</b>	<b>1.079</b>	<b>1.515</b>

**Movimentação**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>118</b>
(+) Adições	1.580
(+) Apropriação de juros	79
(-) Pagamentos	(262)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.515</b>
(+) Adições	337
(+) Apropriação de juros	78
(-) Remensuração	(20)
(-) Pagamentos	(831)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.079</b>

Os efeitos inflacionários no exercício de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 4,62% a.a. para o exercício de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	<u>31/12/2023</u>
<b>Passivo de arrendamento</b>	
<b>Fluxo real</b>	
Passivo de arrendamento	1.079
Despesa financeira	78
<b>Fluxo inflacionado</b>	
Passivo de arrendamento	1.129
Despesa financeira	82

### 13. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa, sendo:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	907	1.329
Trabalhistas	-	8
<b>Total</b>	<b>907</b>	<b>1.337</b>

Movimentação	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.078</b>	<b>28</b>	<b>2</b>	<b>1.108</b>
(+) Adições	251	-	-	229
(-) Baixas	-	(20)	(2)	(22)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.329</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>1.337</b>
(+) Adições	467	1	-	468
(+/-) Atualizações e juros	144	-	-	144
(-) Reversão	(1.033)	(2)	-	(1.035)
(-) Baixas	-	(8)	-	(8)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>907</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>907</b>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, tem ações envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação da administração e de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 1.219 (R\$ 853 em 31 de dezembro de 2022).

#### a) Provisões Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis discutidos na esfera judicial. As ações possuem natureza indenizatória, decorrentes do curso ordinário de suas operações, tendo como principais objetos choque contra cancela, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

#### b) Provisões Trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se referem a valores individualmente significativos e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, terceirização, responsabilidade subsidiária, indenização e doença ocupacional, dentre outros.

#### c) Provisões Tributárias

As causas tributárias em que a Companhia é parte são distribuídas por natureza de tributos municipais e federais, dentre os quais merecem destaque os processos em trâmite que discutem a cobrança de IPTU, diante da possibilidade de êxito e relevância da tese firmada no Tribunal de Justiça da Bahia.

### 14. Provisão para manutenção

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta saldo de R\$ 265 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 103) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. Após atualização dos estudos sobre a curva de tráfego projetada, foi constituída provisão considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 10,75% a.a.

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.503</b>
Provisão	1.112
Reversão	(3.512)

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>103</b>
Provisão	163
Reversão	(1)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>265</b>

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	52	-
Passivo não circulante	213	103
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>103</b>

## 15. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Prejuízo fiscal e base negativa</b>	<b>3.101</b>	<b>3.229</b>
<b>Diferenças temporárias ativas</b>	<b>1.262</b>	<b>2.245</b>
Provisão para contingências	(79)	959
Provisão para manutenção	1.342	1.286
<b>Diferenças temporárias passivas</b>	<b>776</b>	<b>(670)</b>
Ajustes adoção Lei Lei 12.973/14 e Arrendamentos	776	(670)
<b>Ativo diferido, líquido</b>	<b>5.141</b>	<b>4.804</b>

O saldo de prejuízos fiscais acumulado em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 9.121.

A Companhia estima apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, baseando-se nas projeções conforme o quadro a seguir:

Exercício		
	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	513
2024	821	850
2025	1.256	930
2026	1.024	936
<b>Total</b>	<b>3.101</b>	<b>3.229</b>

## Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

31/12/2023	31/12/2022
------------	------------

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.366	(2.699)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%	(804)	918
Juros sobre Capital próprio	828	-
Outros	45	7
Subvenções do lucro da exploração	306	-
<b>Total de imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>375</b>	<b>925</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	38	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	337	925
<b>Total de imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>375</b>	<b>925</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>16%</b>	<b>-34%</b>

## 16. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui um saldo de R\$ 400 (R\$ 408 em 31 de dezembro de 2022) decorrente de transações com partes relacionadas, referente a despesas por conta e ordem a serem ressarcidas.

### Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 31 de dezembro 2023, a Companhia registrou o montante de R\$ 742 (R\$ 990 em 31 de dezembro de 2022), referente à remuneração dos administradores.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração com encargos	732	980
Incentivo de longo prazo	10	10
<b>Total</b>	<b>742</b>	<b>990</b>

## 17. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 26.150, representado por 26.150.154 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2023, foi constituída a reserva legal no montante de R\$ 137.

### c) Reserva de capital

O montante de R\$ 2.618 refere-se à cisão total do patrimônio líquido da antiga controladora indireta, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social.

**d) Reserva de incentivo fiscal**

O Laudo Constitutivo nº 0488/2023 aprovou o enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculado com base no lucro da exploração, em favor da Companhia, processo nº 59336.005742/2023-87, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, conforme os critérios estabelecidos no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, em conformidade com o Regulamento dos Incentivos Fiscais, tendo em vista o atendimento das condições e requisitos legais exigidos.

Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado de Pernambuco (Contrato CGPE-001/2006), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213/2002, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2032.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 306 referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais.

A Companhia apresentou um Lucro da Exploração no montante de R\$ 2.305 no exercício de 2023 e constituímos um valor adicional de anos anteriores.

**e) Reserva de investimentos**

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia, conforme definido nos documentos societários pertinentes. Em 31 de dezembro de 2023, não foi feita destinação em virtude da apuração de prejuízos.

**18. Receitas**

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de pedágio	21.532	18.062
Demanda de risco (a)	3.881	3.767
Receitas acessórias (locação de espaço físico e publicidade)	110	71
Impostos e contribuição sobre serviços	(2.279)	(1.866)
Outras deduções	-	(389)
<b>Receita líquida de serviços</b>	<b>23.244</b>	<b>19.645</b>
Receita de construção	2.567	160
<b>Receita líquida</b>	<b>25.811</b>	<b>19.805</b>

(a) Conforme definido no contrato de concessão, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão, será feita compensação de valores, de modo a amenizar os impactos financeiros, conforme critérios de compartilhamento de riscos previstos contratualmente.

**19. Custos por natureza**

	31/12/2023	31/12/2022
Custos de pessoal	(5.508)	(4.262)
Serviços de terceiros	(1.515)	(1.549)
Materiais, equipamentos e veículos	(288)	(76)
Gastos gerais	(659)	(760)
Provisão para manutenção	(163)	(1.112)
Depreciação e amortização	(4.122)	(4.269)
<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>(12.255)</b>	<b>(12.028)</b>
Custos de construção	(2.542)	(158)
<b>Total</b>	<b>(14.797)</b>	<b>(12.186)</b>

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC 05.

## 20. Despesas gerais e administrativas por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de pessoal	(2.330)	(2.074)
Serviços de terceiros	(589)	(1.342)
Materiais, equipamentos e veículos	(192)	(120)
Seguros/Garantias	(452)	(113)
Provisão para contingências	574	(229)
Licenças de software/telecomunicações	(711)	(610)
Gastos gerais	(563)	(653)
Depreciação e amortização	(75)	(162)
<b>Total</b>	<b>(4.338)</b>	<b>(5.303)</b>

## 21. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Descontos obtidos	4	2
Rendimentos de aplicação financeira	3.668	1.829
Atualização monetária ativa	178	44
Outras receitas financeiras	619	396
<b>Receitas financeiras</b>	<b>4.469</b>	<b>2.271</b>
	<b>0</b>	
Juros de debentures	(7.615)	(7.353)
Juros de contratos de arrendamento	(78)	(79)
Atualização monetária passiva	(350)	-
Outras despesas financeiras	(775)	(267)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(8.818)</b>	<b>(7.699)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(4.349)</b>	<b>(5.428)</b>

## 22. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	2.741	(1.774)
Quantidade de ações ordinárias em circulação (milhares)	26.150	26.150
<b>Prejuízo por ação básico e diluído ação - Em Reais</b>	<b>104,82</b>	<b>(67,84)</b>

### 23. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Debêntures	Partes Relacionadas	Arrendamentos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>40.000</b>	<b>400</b>	<b>118</b>	<b>40.518</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>				
Captação de debêntures	60.000	-	-	60.000
Amortização de debêntures	(40.000)	-	-	(40.000)
Partes relacionadas	-	8	-	8
Pagamento de arrendamento	-	-	1.318	1.318
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>20.000</b>	<b>8</b>	<b>1.318</b>	<b>21.326</b>
<b>Variação nos valores justos</b>				
<b>Outras variações</b>				
Partes relacionadas	-	-	-	-
Despesas com juros	7.354	-	79	7.433
Juros pagos	(8.089)	-	-	(8.089)
<b>Total das outras variações relacionadas com passivos</b>	<b>(735)</b>	<b>(400)</b>	<b>79</b>	<b>(656)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>59.265</b>	<b>408</b>	<b>1.515</b>	<b>61.188</b>

	Debêntures	Partes Relacionadas	Arrendamentos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>59.265</b>	<b>408</b>	<b>1.515</b>	<b>61.188</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>				
Partes relacionadas	-	(8)	-	(8)
Pagamento de arrendamento	-	-	(831)	(831)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(8)</b>	<b>(831)</b>	<b>(839)</b>
<b>Outras variações</b>				
Novos arrendamentos	-	-	337	337
Custos de transação	(3.009)	-	-	(3.008)
Despesas com juros	7.615	-	58	7.673
Juros pagos	(4.327)	-	-	(4.327)
<b>Total das outras variações relacionadas com passivos</b>	<b>279</b>	<b>-</b>	<b>395</b>	<b>675</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>59.544</b>	<b>400</b>	<b>1.079</b>	<b>61.023</b>



## 24. Contratos

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público-Privada - CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 05 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

A tarifa básica da concessão, foi inicialmente definida em Edital pelo Poder Concedente, baseando-se em estudos de viabilidade econômico-financeiro do projeto, onde periodicamente, a Concessionária avalia a proposição de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro, com o objetivo de remunerar, conforme as modalidades e mecanismos previstos em contrato, os investimentos adicionais realizados no decorrer da execução contratual e que não estavam previstos originalmente no plano de negócio, bem como compensar eventuais perdas decorrentes da materialização de eventos cujo risco não foi expressamente alocado à Concessionária. Cabe ainda ao Poder Concedente decidir acerca de eventuais pedidos de renovação contratual.

A Companhia assume, de modo geral, os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e
- Instalação de cabines de pedágio.

Em caso de extinção da concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

\* \* \*

## DF 2023 - FINAL - CRC pdf

Código do documento 0fd0ea61-4e6d-432e-b0d6-7dd5b387fce5



## Assinaturas



Felipe Guidi  
felipe.guidi@montepartners.com  
Assinou

*Felipe Guidi*



Wilman Sanchez Moitinho  
wilman.sanchez@monterodovias.com.br  
Assinou



## Eventos do documento

### 29 Mar 2024, 16:17:02

Documento 0fd0ea61-4e6d-432e-b0d6-7dd5b387fce5 **criado** por MANUELA REGO DURAN (c2b4fb40-85b5-4017-a462-aa48039f58d5). Email: manuela.duran@monterodovias.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-03-29T16:17:02-03:00

### 29 Mar 2024, 16:17:59

Assinaturas **iniciadas** por MANUELA REGO DURAN (c2b4fb40-85b5-4017-a462-aa48039f58d5). Email: manuela.duran@monterodovias.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-03-29T16:17:59-03:00

### 29 Mar 2024, 16:20:39

FELIPE GUIDI **Assinou** - Email: felipe.guidi@montepartners.com - IP: 187.107.1.67 (bb6b0143.virtua.com.br porta: 9778) - **Geolocalização:** -12.8069892 -38.2088914 - Documento de identificação informado: 296.500.248-08 - DATE\_ATOM: 2024-03-29T16:20:39-03:00

### 29 Mar 2024, 16:35:23

WILMAN SANCHEZ MOITINHO **Assinou** (8cee776-0cb1-422d-b76e-0568f5e03580) - Email: wilman.sanchez@monterodovias.com.br - IP: 186.251.226.221 (186.251.226.221 porta: 50284) - **Geolocalização:** -23.1079116 -46.5753652 - Documento de identificação informado: 945.327.375-91 - DATE\_ATOM: 2024-03-29T16:35:23-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):d736e50d17ac67dce518d8c152c96496fa2bbc75293fba984b52468463b7719a

(SHA512):276a68a897ace82860c3692a76206ed5156f5e2ee858bb0aa2f119055473989f1082edf1a8cbe23b5d70a4e790b583249d59c36bd0b38d2fd153bcd45b7511c8

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**